

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT04.002

AUTOGESTÃO E UTOPIA COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UM NOVO FAZER PEDAGÓGICO

LUCICLÉA TEIXEIRA LINS

Professora do Departamento de Educação-DE-CCHSA da Universidade Federal da Paraíba -UFPB, Campus III, Bananeiras – PB. luciclealins@yahoo.com.br

RESUMO

Autogestão é o objeto de interesse deste estudo que tem como principal objetivo compreender o exercício da autogestão em sua trajetória histórica e na práxis pedagógica. No seu enfoque, busca perceber a autogestão, na sua dinâmica praxiológica e na sua perspectiva utópica, enxergando-a através da práxis vivenciada nos desejos daqueles(as) que sonham outra sociedade. O estudo faz uma revisão bibliográfica e analisa a autogestão como elemento constitutivo de novos fazeres pedagógicos, destacando suas potencialidades e limitações, enquanto processo educativo, constituidor de uma práxis que se propõe a formulação de processos organizativos entre sujeitos coletivos. A relevância deste estudo está na tentativa de apontar os desafios e as possibilidades de novos fazeres da organização coletiva, enfatizando a participação dos sujeitos e, como o princípio da autogestão pode permear essas novas práticas. A abordagem teórico-metodológica deste estudo se caracteriza como uma Pesquisa Qualitativa, de cunho histórico-dialético, e tendo como método de investigação, levantamento bibliográfico e entrevista semiestruturada. Na sua exposição, apresenta o exercício da autogestão como possibilidade de uma práxis pedagógica nos processos de organização coletiva. Através do estudo e nas suas considerações, pode-se perceber que existe na essência da autogestão uma práxis e uma utopia que se apresentam em vários momentos históricos nas experiências de projetos coletivos e na elevação da consciência e autonomia de mulheres e homens. A autogestão enquanto devir histórico se caracteriza por ser a negação a qualquer conduta de centralização, seja de ordem econômica ou social, portanto tem na ampla participação das pessoas nos processos decisórios, seu foco central.

Palavras-chave: autogestão; utopia, práxis, prática pedagógica.

INTRODUÇÃO: primeiras palavras

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

Como apresentado na epígrafe de Eduardo Galeano que abre este artigo, a utopia, por estar sempre a nossa frente, seria um caminho a percorrer, um horizonte a nos guiar, e, ao se compreender a autogestão como uma utopia, duas posições se colocam: a de ser a utopia irrealizável e, para os mais esperançosos, dir-se-ia ser a utopia um devir.

Como visão irrealizável, se a autogestão é uma utopia, ela estaria, apenas, no plano das ideias, impossível de se realizar no mundo real. Como devir, ela passa a ser um caminho a percorrer, como sugere Galeano, ou conforme Jean-Yves Leloup, ao recuperar o seu sentido autêntico, quando afirma que “a utopia não é o irrealizável, ela é o irrealizado”, pois não é algo impossível de ser realizado, é, porém, o que ainda não se realizou.

Não se trata de uma, utopia como devaneio ingênuo e irrealizável, mas como visão prospectiva, portanto, um devir, algo pelo qual se possa guiar e construir outras possibilidades. Nos dizeres de Santos (2003), a utopia é a exploração de novas possibilidades em oposição ao que existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e pelo qual vale a pena lutar.

O real não anula o ideal, temos que cortar as arestas do ideal e vivenciá-lo no real, como dizia Kant. Ou seja, vendo a autogestão como algo ideal, distante, utópico, ou mesmo irrealizável, porém, na concreticidade das experiências que buscam a participação de todos, num processo democrático de condução de uma organicidade, seja de ordem econômica, política ou educativa. Aí, há tentativas, possibilidades, práxis que conduz ao exercício da autogestão.

Para os que acreditam que a utopia é irrealizável, seriam as experiências autogestionárias castelos construídos no ar, desejo de ingênuos que acreditam, através dessa perspectiva, criar a transição para outro modo de produção, e a autogestão é esse próprio modo. Ao se pensar pelo viés marxista, à medida que os modos de produção se modificaram, tornaram-se cada vez mais complexos, o que não seria

diferente com a autogestão, porquanto ela tem, em seu arcabouço teórico e prático, uma complexidade em sua própria raiz epistemológica, como já visto.

Na tradição marxista, particularmente em Marx e Gramsci, o termo assume outras denominações, como associação dos trabalhadores e autogoverno. Porém, ambos tinham em mente a realização de uma sociedade socialista, cada um, a seu modo, contribuiu para descortinar as contradições e explorar uma sociedade baseada no capital e, conseqüentemente, no lucro. Seria, talvez, o não uso desse termo por Marx, motivado pela sua indiferença em relação às ideias de Proudhon. Porém, as formas de se chegar à autogestão, em Marx, eram através da revolução dos trabalhadores; para os socialistas utópicos, seria a autogestão um consenso entre as pessoas ali reunidas. Para os anarquistas, um princípio sem o qual a sociedade socialista não existiria.

Ninguém vive sem utopia, caso isso aconteça, corre-se o risco de perder a ternura e/ou a esperança, é o que Ernest Bloch alertou os russos que lhes “faltou utopia”. Esse seu alerta deu-se pelo sectarismo que tomou conta da revolução, quando os militantes não se deixaram reger pelos princípios da unilateralidade. Portanto, precisamos da utopia para ladear as relações, mesmo aquelas ditas progressistas, revolucionárias. A utopia, nesse contexto, traduz-se em princípio ético, no respeito ao outro e, na autovigilância, quando se sobressaltam a arrogância, a centralização e os interesses próprios. A utopia não é um horizonte a se contemplar, é um caminho a se trilhar. Um caminho norteador de ações, de possibilidades que se realizam, em que residem a sua própria dialética e a práxis.

Pergunto, então, se o conjunto de trabalhadores estaria reunido em associações, em cooperativas, em grupos formais ou informais, em defesa da Economia Solidária, por acreditar que essa seja a alternativa para a superação do capitalismo, no que resultaria outro modo de produção sustentado pela solidariedade, participação e na autogestão, ou se essa não seria, para muitos dos ali envolvidos, uma forma de garantir, em curto ou médio prazo, o atendimento das necessidades básicas de sua existência material.

As experiências de autogestão em torno da Economia Solidária realizam-se nesse exercício constante. Isso não é algo dado, pronto, mas uma construção permanente e incessante na consolidação de outros valores sociais. Porém as experiências autogestionárias contemporâneas estão cheias de contradições e reproduções, o que faz com que a autogestão oscile bastante, como afirma Cláudio Nascimento em entrevista:

(...) é uma mutação cultural. Você sai da heterogestão para a autogestão já é algo muito. O que demanda muito do ponto de vista subjetivo, do psicológico e cultural, você ainda implementar um processo autogestionário, que do que eu conheço, tem nas experiências da economia solidária gradação de auto-gestão, mas é autogestão? É só ver as pesquisas, tem sempre uma pessoa que manda nas coisas, um domínio muito grande, ou porque começou, ou porque transitava no fórum.

Contudo, a assertiva acima é de que não se pode tirar o mérito de muitas dessas práticas populares, associadas à Economia Solidária, pois aqueles que projetam na Economia Solidária a superação do capitalismo são herdeiros de ideias e práticas históricas, de uma utopia militante, cujo horizonte são a mudança social e a equidade.

A AUTOGESTÃO COMO POSSIBILIDADE/ EXPERIMENTAÇÃO

A autogestão não é apenas um pressuposto da Economia Solidária, ela se configura como perspectiva societária, de produção e organização social, cujo fundamento se volta para a ampla participação das pessoas. Ao estar associada com o socialismo, indica sua oposição política e ideológica ao modo de produção capitalista. O socialismo se apresenta como outro modelo de sociedade, em cuja estrutura social reside o fim da sociedade de classes e, conseqüentemente, o da propriedade privada.

Ambos carregam intrinsecamente um ideal utópico centrado na contestação de um modelo socioeconômico excludente, que privilegia uma minoria. No entanto, o norte de suas utopias marca uma posição frente ao que se espera de mudança. Em relação à autogestão, Nascimento (2011, p.92) assevera que

é mais um "ideal" de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, esse "ideal" expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidade concreta de os trabalhadores constituírem sua utopia de uma sociedade igualitária e socialista.

Nascimento traz a expressão "socialismo autogestionário", para designar as experiências históricas dos(as) trabalhadores(as) que instituíram a experimentação como pressuposto de suas vivências, ao articular a ideia à experiência/

experimentação. No caminho do socialismo autogestionário, ele ainda apresenta (NASCIMENTO, 2011, p.97) dois ângulos sob os quais se devem abordar a autogestão: o primeiro, numa visão societária, “como conteúdo do socialismo, regime que sucede ao capitalismo, através da revolução social, e desse modo, é modo de organização da sociedade”; e o segundo, a partir da organização dos trabalhadores, “como linha de ação e mobilização dos trabalhadores e cidadãos no cotidiano, em busca da construção dessa sociedade, é uma estratégia política”.

O socialismo autogestionário parte da negação e da rejeição de três elementos: a democracia liberal, o capitalismo de Estado e o socialismo de Estado (ibid, p.99). E propõe três instâncias fundamentais:

1. A socialização dos meios de produção, que implica a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social, ou seja, a **autogestão social**;
2. A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade, ou seja, a **democracia direta**;
3. A transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido de se afirmar a solidariedade, isto é a **revolução cultural do cotidiano**.

A autogestão tem o imperativo de se colocar em prática formas de democracia direta e de rejeitar a representativa, que tem suas bases na democracia liberal. A autogestão caracteriza-se como utopia concreta, que antecipa, nas possibilidades do real e das ações transformadoras, aquilo que já se tem como ideias (projetos). Não é um projeto pronto a se colocar em prática, mas um caminho a se percorrer pelas experimentações de um modelo alternativo - o socialismo.

Não podemos cair no engodo de pensar que, transformando a sociedade, quer dizer, abolindo a propriedade privada e seus meios de mercado se resolveria toda a questão, porque a autogestão perpassa o véis econômico, tem que descentralizar o Estado, gerir democraticamente a economia e educar as pessoas para consumirem de modo a pensar na sustentabilidade do planeta.

Nascimento (2012) menciona o termo “socialismo comunal” como designação dos estudos recentes que tem feito sobre a autogestão. Quando perguntado sobre se estava abandonando o “socialismo autogestionário”, ele explicou:

A autogestão não é coisa que surge no modo de produção capitalista, mas nas formações sociais muito antigas, hoje eu trabalho muito mais a autogestão comunal, uma coisa que eu venho estudando desde 2011

para cá. Dos povos originários, por exemplo, para mim a experiência de Palmares era de comuna, tinha um elemento de autogestão ali dentro, de Zumbi, Canudos. (...) A economia solidária, eu comecei até a dissociar, acham que é algo que surgiu devido à resistência ao desemprego, neoliberalismo etc. é uma coisa muito recente, mas não é isso, a economia solidária traz elementos da autogestão, uma série de elementos, pelas definições, nos princípios, nas conferências, as plenárias, tudo isso a questão da auto-gestão está colocada, e ela se reivindica como autogestionária, então não é uma coisa que vai surgir na década de 90 para cá, com a ideia do neoliberalismo, do desemprego, no início tinha muito isso, mas não estamos discutindo uma coisa só econômica, então é algo que eu diria tem um fundamento filosófico, ontológico, você tem que buscar uma concepção de trabalho que é filosófica, antropológica, o trabalho como Marx definia é a relação do homem como a natureza, entre os próprios seres humanos etc. Tem um ponto que nós temos de buscar na autogestão como elemento da economia solidária, é, aprofundar o conceito de trabalho e ver uma outra perspectiva, uma perspectiva do conceito muito clássico e não simplesmente trabalho assalariado, esse é um primeiro ponto, e aí vamos buscar quem são os pensadores que trabalham com isso. (NASCIMENTO, 2012).

E por que autogestão comunal?

que um dos elementos definidor da autogestão estar na questão da propriedade comum, e aí você tem um vasto campo na sociedade pré-capitalista, e uma literatura interessantíssima nesse campo, vai encontrar experiência da Bolívia, do Equador, Peru, Venezuela, (...) a Venezuela era paróquia que veio da colonização e eles estão transformando isso em conselhos populares, conselhos populares nos bairros, aí juntando vários municípios e aqueles municípios baseados em conselhos populares pra pensarem todas as questões da vida social, não é só pensar orçamento participativo, é pensar todas as questões do conjunto da vida e formam uma comuna e o país vai ser de várias comunas, no campo mais amplo da sociedade é o estado comuna e isso estar na constituição, é um negócio assim (...) a gente ficou aí falando anos e anos da comuna de Paris, e isso é baseado em que? Nas experiências dos povos originários, nas formas de decisão política, nas comunidades, é onde tem os anciãos etc. E nas formas de produção que é comunitária, nos valores de solidariedade. E quando você vai vê estar lá na formação social dos Incas, dos Astecas, na Europa, como é que era lá antigamente na Europa toda, na África essas formas de organização dos povos originalmente (NASCIMENTO, 2012).

O autor concebe que é a partir da propriedade comum, na formação social de vários povos diferentes, que se têm os indícios do exercício da autogestão. Indícios como as práticas de solidariedades e partilha que esses povos praticavam, seja na agricultura, na criação de animais, na defesa da comunidade ou na educação dos seus membros.

Em sua ótica, a autogestão comunal traria para as relações de hoje o que ele chama de (re)encantamento da vida:

Aí você vê ressurgindo experiências de autogestão no campo da produção, no campo do poder político, que não é mais o Estado, é o Estado Comuna, o Estado Comuna significa dizer que não é mais o Estado, é uma outra coisa, outro campo, eu chamo **(re)encantamento da vida** no campo da cultura digamos assim, da subjetividade que trás uma cosmovisão que é essa relação do homem com a natureza. Aí renasce na prática, muito concreta de experiências, de sociedades que tentam um outro modo de produção seria o modo de produção comunal, o Marx chamou isso já, ele usa, às vezes, o modo de produção asiática etc. e quando você vai vê, bom é o nosso pedaço aqui, mas você quando olha o mundo, eu não sei da Europa o que vai ressurgir de tudo aquilo, aqui não, o nosso processo no Brasil tem esse casamento, Quilombola? Metalúrgico? Empresa recuperada? Não é muito pouco isso, então essas experiências de comunidades, de territórios, esse é um ponto, o poder popular comunal digamos assim, como o socialismo essa ressurgindo com outra concepção. Aquilo que se falou na União Soviética lá tiveram quinhentas experiências da propriedade comum, o *mir*, como eles chamavam (NASCIMENTO, 2012).

Nessa sua nova configuração da autogestão, há uma preocupação ética de fundo, da própria continuidade da existência humana e do planeta. Para isso, chama a atenção sobre o que vem ocorrendo, principalmente na agricultura, “uma crise na área agrícola profunda, que estamos chegando num ponto que o pessoal está advertindo que nós vamos ter uma crise alimentar no mundo”. Porém, diante dessa sua preocupação, aponta para uma saída, a agroecologia: “aí nós vamos ter que correr para a agroecologia, nós temos essas experiências por aí, isso é fabuloso, vamos ter que ir pra isso, e aí cadê a cultura daquelas pessoas que sabiam fazer a agroecologia?”.

Essa crise tem se apresentado de modo predatório, baseado num modelo de desenvolvimento que não respeita os princípios das relações humanas

fundamentado em valores solidários nem a natureza e ignora totalmente sua preservação como necessidade vital para a própria continuidade da espécie humana no planeta.

Referente à preocupação com o tipo de desenvolvimento praticado, encontram-se, na obra clássica de Furtado, *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), algumas considerações que, desde aquele momento, já se faziam presentes em suas análises em relação à condução do desenvolvimento vivenciado pela sociedade brasileira, tendo o problema de como sair do atraso econômico e da dependência em relação aos países de centro.

Não apenas como análise econômica, com véis político e sociológico, Celso Furtado levantou questões até hoje pertinentes ao estudar a economia e as questões correlatas. Sua tese de que o desenvolvimento é um mito, tem, em seu arcabouço discursivo, a centralidade da dependência econômica. Uma das questões que ele levantou e, talvez, pouco considerada ao (re)visitar sua obra, diz respeito ao impacto do processo de desenvolvimento econômico na natureza, tendo em vista que, naquele momento, no Brasil, as questões referentes à economia não eram redimensionadas para as preocupações com a natureza, com destaque para os problemas de impacto ambiental. Naquele contexto, essa discussão ainda era incipiente e só tomou corpo mais recentemente, com a consistência da noção sobre desenvolvimento voltado para a sustentabilidade, ramificação da economia ecológica já existente na Europa que remonta aos anos de 1960.

Furtado utiliza-se das categorias sociológica centro/periferia, em virtude de tornar entendível para os povos da periferia¹, para explicar que existem grupos que tentam “fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo” (1974: 75). Em outro momento de sua obra, faz menção à necessidade de uma “nova orientação do desenvolvimento (...) num sentido muito mais igualitário” (1974, p. 74).

Essa orientação tem sido revista e perseguida pela proposta e pela prática do movimento de economia solidária que vem implementado ações nesse sentido, através da sociedade civil, de gestores públicos e de entidades de assessoria e fomento, contribuindo com o avanço do movimento de economia solidária e de políticas públicas para esse setor.

1 O Brasil, naquele momento histórico, era considerado como tal.

Na perspectiva de consolidar uma política de justiça social, o movimento de economia solidária opta pelo **desenvolvimento como estratégia de organização econômica** fundamentada no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão.² Assim, procura avançar no reconhecimento do direito a outra economia que conduza a outro modelo de desenvolvimento, que seja justo, democrático e sustentável e que estabeleça relações horizontais e de alteridade no conjunto de trabalhadores e de parceiros envolvidos nesse processo.

Diante do modelo predatório assumido pelo sistema capitalista, que explora mulheres, homens e natureza, é necessário construir outros modelos de desenvolvimento. Para isso, o mesmo documento base sugere padrões alternativos de desenvolvimento que propiciem a sustentabilidade ambiental, a justiça socioeconômica e a radicalização da democracia. Há, nesse sentido, uma preocupação com o desenvolvimento crescente e desordenado da tecnologia. Cláudio Nascimento, em entrevista, havia comentado essa questão ao referir que não é por acaso que, quando o capital tem acirrado todo esse processo e chega a um momento em que transforma tudo em mercadoria, o ar, a água, a natureza passam a ser mercadorias também, e começa uma rebelião de povos para os quais a terra e o corpo têm o mesmo significado, o índio não separa uma coisa da outra, nem a mulher. Essa sua fala tem se respaldado em sua compreensão sobre a autogestão comunal, que ele entende como outro modo de viver:

É isso a autogestão, é uma filosofia, é uma economia, é uma erótica porque é outra relação com o corpo e com o universo, não é? Os símbolos são os símbolos do feminismo e aí você vai vê lá que papel as mulheres tinham nessas sociedades, um papel quase que hegemônico, elas tinham uma relação profunda com a natureza, com o universo, com os símbolos deles, a cobra, a lua etc. Quando você vai pra os povos originários, os Incas etc., você vai encontrar esses elementos. (...) Os símbolos dessas comunidades indígenas é o caracol, o símbolo da vida. Em Chiapas por exemplo, as comunidades que são alto geridas, chamam-se caracóis autogestionários, porque é o símbolo dos Maias, não é só dos Maias. O que isso tem? É uma reação, eu diria existencial a essa barbárie que o capital vem desenvolvendo, cada um reage de uma maneira, então é uma maneira de pensar outro modo de existência. (NASCIMENTO, 2012)

2 Ver documento base da II CONAES, 2010.

Todos os erros apresentados pelo desenvolvimento predatório desafiam aqueles(as) que desejam empreender uma sociedade melhor, que precisa, urgentemente, de (re)pensar o princípio de responsabilidade ética e a preocupação do bem-estar das gerações futuras, em que se firma o compromisso ético da geração atual.

As necessidades para o futuro serão, senão aquelas entrelaçadas com as do presente, que dependem de cuidados e de boa qualidade de vida e o desejo por melhorá-la. Para tanto, é necessária uma forte base educativa, realizada nos múltiplos espaços, para que se realize uma cultura autogestionária, possibilidade real de plena efetivação de modelo de gestão radical da participação humana e de sua autonomia.

A compreensão da autogestão, nessas suas vastas significações, como as apresentadas aqui na formulação epistemológica de Freire, sobre o inédito-viável; do socialismo autogestionário de Nascimento e da autogestão como um conceito antecipador, de Viana, amplia a percepção sobre sua noção na perspectiva de uma utopia (projeto), na busca de experimentações de outro modo de produção e, por conseguinte, de outro modelo de sociedade.

A prospecção é de que a autogestão, como um modo de produção, chegaria a substituir o modo capitalista. Esse é o desejo que reside na utopia da autogestão, uma alternativa viável de participação e construção coletiva de autonomia dos sujeitos sociais, como atores ativos de transformação social, cultural, política, econômica, e que alicerces os pilares efetivamente democráticos e solidários. Contudo a autogestão tem se apresentado como uma experimentação, como experiências históricas da própria história das lutas dos trabalhadores. É como declara Nascimento em entrevista: "Não tem nada garantido que vai dá certo, é uma filosofia da história também". "É reinventar, refundar o Estado, (re)encantar o mundo e socializar os meios de produção, e viver em estado comum, agora, vai dá certo?".

Rosa, em uma das passagens do seu conhecido livro, *Grande Sertão Veredas* (1983), faz-nos refletir sobre as disparidades sociais e econômicas de nossa sociedade, pois, enquanto uns estão preocupados com "emprego, comida, saúde, outros se preocupam com riqueza, ser importante (...) negócios bons" (idem, p.15). De fato, as pessoas desejam alcançar uma condição melhor para suas existências, porém, enquanto uns querem se projetar, outros desejam algo vital para sua sobrevivência.

Diante disso, não dá para brincar "com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias" (idem, ibidem). Nesse sentido, a valorização de alternativas

socioeconômicas, como a autogestão, é fundamental para potencializar projetos com a participação de setores da sociedade civil e dos poderes públicos, na construção de experiências concretas que possam ser apresentadas como viáveis para as mulheres e os homens, tanto na produção quanto no consumo e na comercialização de produtos para o bem coletivo.

Ressalto que a miséria em que vive grande parte da população, reflexo histórico de nossa formação social e da ideologia dominante, leva muitos a viverem à espera de políticas públicas de caráter emergencial para resolver seus problemas, o que, geralmente, não acontece e acaba se configurando como uma utopia escapista e viciando as pessoas ao assistencialismo ainda tão arraigado em nossa sociedade, expressão de políticas ineficientes de caráter “inclusivo” para os setores oprimidos da população. Sobre isso, Rosa assevera que “uma coisa é pôr ideias arranjadas”, ou seja, prontas nas mentes das pessoas, uma ação ideologizante de quem busca manter sua hegemonia no campo social, político e econômico, o que garante seu *status quo*. É dessa maneira que se comporta o mercado capitalista, com sua ideologia liberalizante, dissemina em nossas mentes e que nos conforma ao individualismo e à competição em detrimento do coletivo, tentando manter na inércia as ações coletivas de sujeitos sociais.

Nessa perspectiva, a classe trabalhadora tem sido construtora de novos horizontes e de possibilidades, pois integra “um país de mil-e-tantas misérias” (idem, *ibid*, p.15). Porém é preciso ultrapassar as abstrações, que nos levam, ingenuamente, a imaginar que, na pura idealização, os problemas sejam solucionados. Deve-se atentar para pessoas de carne e de sangue, para o espírito humano que almeja colocação e, muitas vezes, destaque, mas, sobretudo, o atendimento básico e essencial a sua sobrevivência, como comida e moradia.

Rosa (*ibid*) faz uma reflexão sobre o espírito humano e seus sonhos (utopias), e sobre esse, por mais que queiram, nunca poderão controlá-lo, visto que faz parte da essência dos homens e das mulheres o desejo de ser livre e de buscar, diante de sua realidade adversa, outras alternativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Usando do próprio entendimento da palavra utopia, ou seja, antecipando um projeto de sociedade, e considerando que a autogestão é um devir, ela é utópica. Porém esse é um caminho que vem se realizando - aqui vale o uso do gerúndio para

designar algo que está em processo. E como isso vem acontecendo? Através de um conjunto de experiências com os trabalhadores, num projeto por outra sociedade, ou seja, o socialismo. Como assevera Vásquez (2010, p.35), “uma nova sociedade, posterior ao capitalismo, que se distingue radicalmente desse pela socialização dos meios de produção, por novas relações e instituições sociais e por uma nova cultura”.

A autogestão é também expressão de uma sociedade que tem como fundamento das suas relações a coletividade. É um princípio que rege o coletivo, no incessante exercício por uma sociedade democrática, com a participação direta de seus membros, ou seja, participação radical de todos, indiscriminadamente no processo. Contudo, é necessário estar atento ao excesso de prática, para não cair no puro ativismo da ação por ela mesma. Porém é necessário parar, refletir e avaliar a própria prática.

É uma prática muito comum, nas metodologias adotadas nos projetos de educação popular, a realização contínua do exercício de reflexões avaliativas e auto avaliativas como uma permanente disposição à crítica e à autocrítica. Esse exercício tem ajudado a se identificar, por meio das experiências de educação popular, suas limitações e potencialidades, para avançar em seus projetos.

A autogestão é expressão de autonomia humana, portanto é um dever. No entanto, ainda, um esforço, haja vista que, a depender da situação, do interesse, da necessidade e da perspectiva educativa, os humanos poderão se dispor a ser participativos, colaborativos e solidários e, a depender desses mesmos critérios, poderão ser o contrário - individualistas, competitivos e egoístas.

Na sociedade capitalista atual, a realização da autogestão, em sua plenitude, é irrealizável, temos sim, esforços nessa direção. Essa proposição é também apontada por Nildo Viana, quando fala da autogestão como um conceito antecipador, pois seria a autogestão o conceito de uma sociedade futura e, portanto, incompatível com as relações sociais da sociedade de hoje. Todos os esforços em torno de práxis autogestionárias se estabelecem, *a priori*, contra o autoritarismo e, por conseguinte, pela autonomia dos sujeitos. E isso não é algo dado, mas que vem sendo construído pelos esforços de todos aqueles que acreditam numa sociedade justa.

Nesse sentido é que se enxerga também a ideia da autogestão pela vertente da possibilidade, e muitos entendimentos têm sido desenvolvidos, como reflete Eduardo Galeano, ao nos ajudar a compreender a autogestão como utopia que faz com que sempre se possa dar um passo à frente.

Assim é a utopia da autogestão, que já existe como possibilidade no real, no mundo existente, nas ações concretas e nos desejos de muitos. O novo é *causa mortis* do velho, ou seja, ao se apresentar como possibilidade, a autogestão se faz presente em muitas práticas sociais alternativas ao capitalismo, fundamentada nos os princípios de democracia/participação, autonomia e igualdade. E aqui vale a pena retomar a ideia de Sherer-Warren, da utopia como projeto. A autogestão também cabe nessa ideia, ao se configurar nos projetos de outrora e hodiernamente, dos que desejam uma sociedade diferente. Ter utopia é projetar no futuro, no entanto relacionando-se com o presente. Owen não só pensou uma sociedade igualitária, ele a vivenciou na experiência de Rochedale, assim como os educadores/ libertários e tantas outras experiências autogestionárias.

A autogestão, como utopia ou como modo de gestão, é gestada nas ações dos seus idealizadores e militantes/praticantes. O que não se pode é deixar levar, apenas, pela projeção futura de algo que precisa ser fortalecido no presente, com erros e acertos, tampouco se limitar ao espontaneísmo, sem refletir e avaliar, porquanto isso exige o exercício da práxis. Aprioristicamente, a autogestão tem como pressuposto os princípios da participação, equidade, justiça e autonomia, que devem nortear as ações de seus projetos societários, explorar seus limites e possibilidades e avançar em suas ações. Ela abriga a utopia de outro modo de gestão, que está ligado à esperança como necessidade ontológica.

Em relação ao entendimento da autogestão, compreendi, através de incursão conceitual que esse termo surge, inicialmente, com os anarquistas. Contudo, as ideias socialistas anarquistas estariam para uma sociedade altamente consciente de seu senso de justiça e partilha dos bens necessários à existência digna de todas as pessoas, e o incentivo à participação dos indivíduos nas decisões das comunas dá-nos pistas de uma práxis autogestionária.

Numa práxis autogestionária, haverá sempre o elemento da utopia, como dimensão prospectiva, e a autogestão é construída na práxis do cotidiano. O exercício da autogestão direciona a uma utopia que conduz à autogestão. É nessa direção utópica que a autogestão tem percorrido sua trajetória histórica, carregando consigo as possibilidades e as experimentações reais de um modelo social que vislumbra a participação efetiva das pessoas no rumo da sociedade. Essa será sempre uma arma a contra-atacar o capitalismo.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Ernest. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v.1.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1974.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais Orgânicos e a Formação da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.

_____. **Concepção dialética da História**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. 11 ed. São Paulo: Bertrand Brasil – Difel, 1987. v.1

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NASCIMENTO, Claudio. **Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende**. 2009. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf Acesso em: 15 jan 2012.

_____. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, Edi. et.al. **Gestão Pública e Trabalho Associado**: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Olympio, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.